



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

066

HABEAS CORPUS Nº: 0206622-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 403.2008.000526-3

COMARCA : Amaraji - Vara única  
IMPETRANTE : Rômulo Barbosa Ferraz Júnior  
PACIENTE : Elias Bezerra da Silva  
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DEMORA NA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. RETARDO JUSTIFICADO. RAZOABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 64/STJ. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA DECISÃO UNÂNIME.

I – Os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, não havendo falar em constrangimento ilegal por excesso prazal, quando a defesa houver concorrido para retardar a marcha do processo. Inteligência da Súmula nº 64/STJ. Precedentes do STJ.

II - Ordem denegada à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0206622-4 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010

Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
Presidente/ Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

067

HABEAS CORPUS Nº: 0206622-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 403.2008.000526-3

COMARCA : Amaraji – Vara única  
IMPETRANTE : Rômulo Barbosa Ferraz Júnior  
PACIENTE : Elias Bezerra da Silva  
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

**RELATÓRIO**

O bel. Rômulo Barbosa Ferraz Júnior impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, sem pretensão liminar, em favor de **ELIAS BEZERRA DA SILVA**, qualificado na atrial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do **excesso de prazo** para o encerramento da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº 403.2008.000526-3 a que o acusado responde perante o Juízo de Direito da Comarca de Amaraji, neste Estado, acusado da prática do crime de homicídio, ao argumento de que o inculminado foi preso preventivamente em 29/04/2009, sem que, até a data da presente impetração, tenha o réu sido interrogado.

A inicial veio desacompanhada de documento.

Às fls.15, ante a ausência de postulação liminar, solicitei informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.18/19.

Nesta Instância, a douda Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer às fls.29/30, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 10 de fevereiro de 2010

  
Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

068

HABEAS CORPUS Nº: 0206622-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 403.2008.000526-3

COMARCA : Amaraji - Vara única  
IMPETRANTE : Rômulo Barbosa Ferraz Júnior  
PACIENTE : Elias Bezerra da Silva  
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

A presente ação mandamental objetiva restabelecer a liberdade ao paciente, ao argumento de que o acusado se encontra recolhido ao cárcere há 300 dias, sem uma definição de sua situação jurídico-penal.

Destaco das informações prestadas pelo MM. Juiz processante, Dr. Climério Gutemberg S. de Oliveira, mediante ofício datado de 28/01/2010, o seguinte excerto (fls.18/19):

**"(...) O paciente foi denunciado em 06 de maio de 2009, por crime de homicídio duplamente qualificado, tendo sido decretada sua prisão preventiva, cuja prisão ocorreu em 29 de abril de 2009. Citado em 12 de maio de 2009, o paciente não apresentou defesa preliminar, tampouco constituiu advogado, ocasião que lhe foi nomeado defensor dativo, o qual apresentou defesa em favor do denunciado. Pedido de liberdade provisória às fls.72/78, argumentando ser o acusado primário, não possuir antecedentes, ter residência fixa no distrito da culpa e profissão definida, sendo agricultor. Em sede de mutirão judicial. Sua Excelência indeferiu o pedido de liberdade provisória do acusado. O processo esta em ordem com audiência de instrução e julgamento designada para o dia 23.02.2010, pelas 09:00 horas (...) "**  
**(DESTAQUEI)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

069

Muito ao revés do que foi alardeado na impetração, não se verifica a ocorrência de constrangimento ilegal por excesso prazal.

Cumpre assinalar, por pertinente, que os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, o que, a meu ver, é o caso dos autos.

Cuido que, no caso em apreço, o próprio paciente concorreu para o retardo na marcha processual, ao demorar na contratação de advogado, bem assim na apresentação de sua defesa prévia, o que afasta a alegação de coação ilegal, consoante verbete sumular, a saber:

**"Súmula 64/STJ – NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA".**

Nesse sentido, socorre-nos julgado oriundo do S.T.J., do teor seguinte:

***"Em tema de prazo para o encerramento da instrução criminal, para além de vigorar o princípio da razoabilidade, segundo o qual os termos legais devem ser considerados segundo as peculiaridades do processo, somente há de se o declarar injustificado quando para ele não tenha concorrido a defesa (Intelecção do enunciado nº 64 da súmula do STJ). Ordem denegada." (HC 22.545/PE, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 15.10.2002, DJ 23.06.2003 p. 446)***

Convém lembrar que, de acordo com a nova sistemática processual implementada pela Lei nº 11.719/2008, o Juízo processante deve aguardar a apresentação da defesa prévia para se



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

070

manifestar na forma prevista no art.397<sup>1</sup>, do CPP, ocasião em que ratificará o recebimento da denúncia ou declarará extinta a punibilidade para, só a partir dali, determinar a realização de todos os atos instrutórios necessários à formação da culpa, iniciativa que, a propósito, foi tomada com a designação de data que se avizinha (23/02/2010), para que tenha lugar a audiência de instrução e julgamento.

Assim, à vista das razões ora esposadas, afigura-se devidamente justificada a dilação do prazo para conclusão da fase instrutória, não se havendo falar em excesso prazal, ao menos até o presente momento processual, o que inviabiliza a concessão da ordem impetrada face à inexistência da alardeada coação ilegal aventada na inaugural.

Ante o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora**

**Art. 397.** Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

- I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
- III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou,
- IV - extinta a punibilidade do agente.